

Mariano Gago: um crítico no Terreiro do Paço

Isabel Salema e José Vítor Malheiros

Há ainda muita coisa em aberto nas opções que vão ser tomadas pelo primeiro ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, quanto à reorganização do sistema científico e tecnológico nacional. Mas uma coisa é certa: nada será como dantes. O panorama que Gago propõe para a investigação portuguesa é um mundo quase visionário, organizado em rede,

que tem como protagonistas laboratórios independentes que trabalham com total liberdade, que vão buscar os financiamentos de que precisam às mais diversas fontes e onde podem coexistir investigadores pagos por diversas instituições, trabalhando para diferentes clientes — entre os quais o Estado. O planeamento deste mundo será um exercício de diálogo que será arbitrado

por novas instituições do Estado mas onde toda a sociedade irá participar. Um cenário de total liberalização da investigação? Não tanto. O Estado, diz Gago, assegurará o financiamento (de muita) e a avaliação (de toda) a investigação mas vai também assumir as suas responsabilidades próprias. Um cenário liberal de esquerda para a ciência portuguesa.

A reforma que o ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, quer efectuar no sistema científico e tecnológico nacional não é uma reforma. É uma revolução. Ou uma fundação, já que se trata quase da construção de um sistema de raiz. É, aliás, sintomático que Gago fale de "refazer" a matriz da investigação científica pública e não de a alterar. O panorama que expõe nesta entrevista — a primeira do primeiro ministro da Ciência português — é o de um sistema aberto e flexível, formado por instituições com diferentes matrizes, diferentes culturas e diferentes fontes de financiamento. Instituições novas não porque vão ser criadas de raiz, mas porque o seu enquadramento institucional vai sofrer uma mudança radical. Um novo mundo, organizado livremente numa rede de laboratórios, definida contratualmente entre todas as partes, onde é possível quase qualquer figurino — mas onde a sobrevivência (o financiamento) vai exigir qualidade. O Estado vai comprometer-se a financiar funções, mas é claro no discurso de Gago que não pretende ficar preso ao financiamento de instituições sem contrapartidas contratuais. A palavra "contrato"

surge, aliás, com frequência no seu discurso. Um contrato entre parceiros, de contornos claramente liberais, onde o Estado é também um parceiro, mas onde se enunciam claramente as suas responsabilidades específicas e onde se adivinha a vontade de as levar a sério — um contrato liberal de esquerda.

Como era de esperar numa entrevista dada dias após a tomada de posse, há objetivos e filosofia, mas poucas medidas concretas — a reforma do Praxis espera uma avaliação do programa, a posição a adoptar perante os parques tecnológicos também. As poucas avançadas, no entanto, enunciam uma diferença de estilo e uma vontade clara. Uma vontade de transparência e de avaliação independente, por exemplo, com apresentação pública de processos e avaliadores que, garante Gago, não estarão ligados aos projectos apreciados.

A transparência vai ter alguns sinais visíveis: um servidor WWW na Internet, onde o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) vai criar um fórum permanente ("onde, a par da informação sobre o MCT, os seus organismos e as suas políticas, haverá um debate público e livre sobre política científica NACIONAL e comunitária") e um encontro mensal com a imprensa ("um pequeno-al-

moço de trabalho, para responder a perguntas, talvez no Martinho", diz, referindo-se ao famoso café do Terreiro do Paço). O grande crítico do sistema científico chegou ao Terreiro do Paço. E as primeiras medidas reformistas anunciadas são, como se esperava... inesperadas. Agora, resta aguardar os primeiros gestos e as reacções que vão suscitar para ver até que ponto a realidade está disposta a permitir o melhor dos mundos.

PÚBLICO — Porque não aceitou a pasta das Universidades juntamente com a Ciência e Tecnologia? Não considera que haveria vantagem na integração das duas áreas ao nível governamental?

JOSÉ MARIANO GAGO — Penso que haveria bastantes inconvenientes nessa integração. Existem na Europa diferentes situações: ciência e tecnologia sozinha, combinada com a cultura, com a educação, com a indústria. Não há uma solução obrigatória, nem única. No caso português, o problema fundamental que se coloca é que a matriz institucional pública da investigação científica está por refazer, ao contrário do que acontece na maioria dos países europeus, em que as políticas públicas de investigação estão apoiadas num aparelho

de Estado estável, em laboratórios, coordenação, avaliação e financiamento estáveis.

A nossa matriz institucional — herdada da criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em 1967, e da criação dos laboratórios de Estado na década de 50 — deve ser refeita, pois não corresponde ao desenvolvimento científico nacional, ao aumento da capacidade científica portuguesa e às relações normais modernas do Estado com organizações autónomas, com os cientistas e, muito menos, com as empresas. Na minha opinião, importava dar a primeira prioridade no campo da política científica e tecnológica a essa reorganização. Acho que se corria o risco de, antes de estruturar a política científica portuguesa, amalgamá-la com a política educativa do ensino superior. O risco era não ter política científica.

Dito isto, não penso que seja um disparate considerar que pode vir a haver outra solução no futuro.

P. — Não considera que um ministro que não tem a tutela directa sobre a esmagadora maioria dos organismos que fazem a investigação terá uma maior dificuldade em coor-

Financiamento

A PRIMEIRA grande dificuldade que José Mariano Gago terá de enfrentar para levar avante a sua reforma do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) virá de dentro do Governo. Mesmo antes de se conhecer todas as medidas concretas em que se traduzirá a política exposta pelo novo ministro da Ciência e da Tecnologia, é evidente que a reforma exige maiores investimentos na ciência e na tecnologia e esse dinheiro terá de ser conquistado, após um trabalho de apostolado jun-

to dos seus colegas do Executivo e através da negociação com as outras áreas governativas.

Os governos de Cavaco Silva fizeram, ano após ano, um investimento mínimo em investigação, deixando o sector à míngua e apenas apostando em obras infra-estruturais (leia-se "inauguráveis"), que seriam importantes se não tivessem sido feitas à custa dos investimentos na própria investigação.

A transformação que Mariano Gago pretende operar na Junta Nacional de Investigação

Científica e Tecnológica, dividindo-a em organismos diversos, com diferentes funções — principalmente quando se pretende levá-las a sério —, vai obrigar, por um lado, a aumentar grandemente as despesas de coordenação do sector a nível central. Mas o grande salto que terá de ser dado é ao nível do financiamento basal do sistema científico: aqueles investimentos que mantêm os laboratórios a funcionar, que lhes permitem conservar as suas infra-estruturas e prosseguir as suas tarefas

de formação e assistência técnica de alto nível.

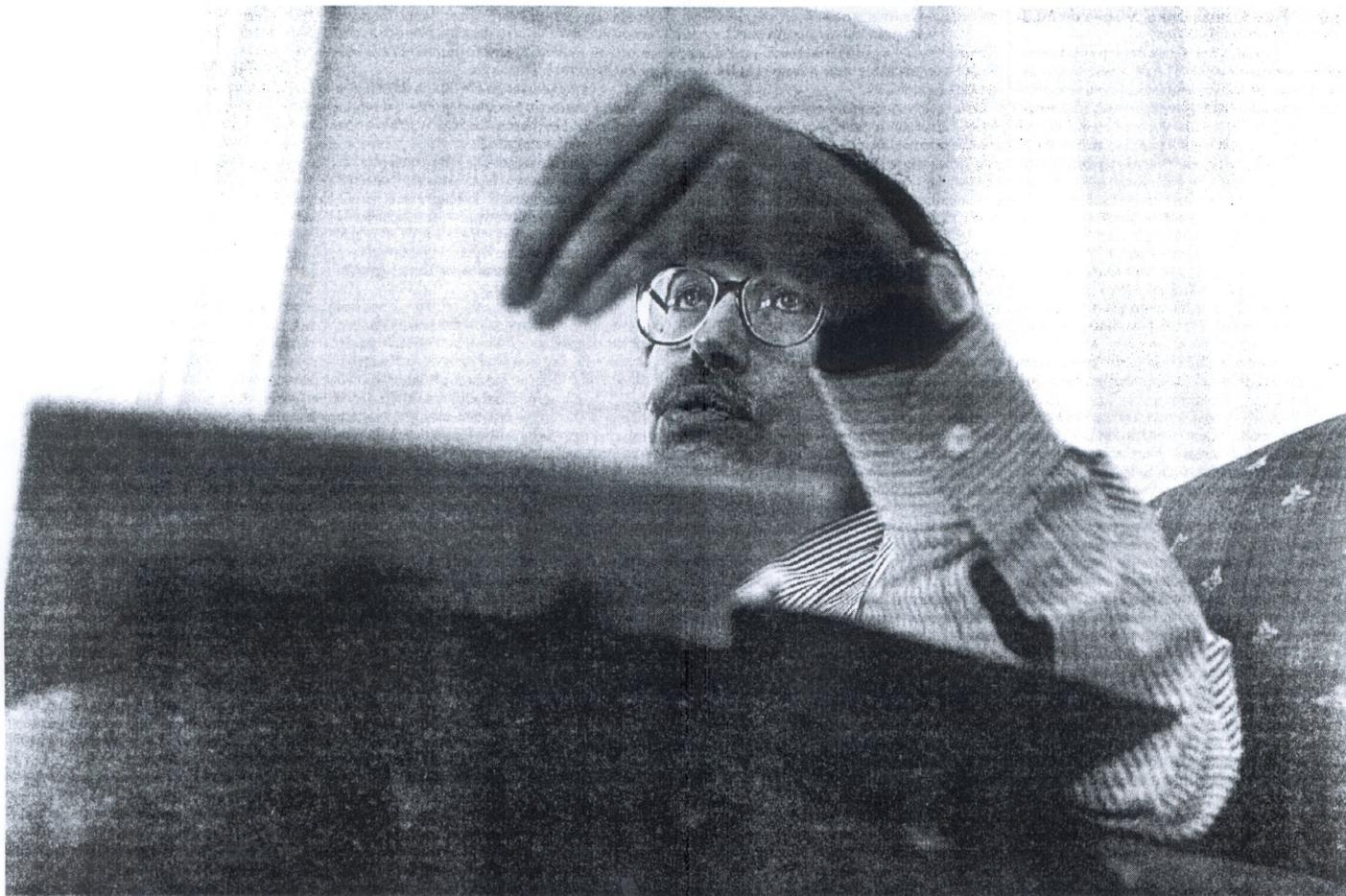
A este financiamento basal — que garante, entre outras coisas, alguma paz de espírito dos investigadores, que saberá que haverá dinheiro para pagar a electricidade ainda que se verifique um atraso numa transferência de Bruxelas — terão de ser somados-se financiamentos suplementares para projectos específicos (do Estado, da União Europeia, de fontes privadas). No entanto, ele representa em si uma dificuldade

fundamental, porque constitui um financiamento cuja responsabilidade do Estado tem de assumir, mas que não permite inaugurar edifícios e tem um retorno lento: consiste em construir as bases de um país científico.

Trata-se de criar e manter bibliotecas, infra-estruturas de cálculo científico ou outras para uso comum, de assegurar os custos de funcionamento dos edifícios, viagens a congressos por parte dos investigadores, manter uma atenção vigilante ao panorama mundial da investigação, etc. Não

será o Ministério da Ciência e da Tecnologia a pagar tudo isto, mas ele terá de zelar para que estes financiamentos existam.

Para além disso, a maior parte dos gestos que este ministério terá de fazer para alterar mentalidades e a maior parte dos sistemas que terá de criar a fim de estimular certas actividades (a investigação nas empresas, a difusão da cultura científica na sociedade) exigem, igualmente, investimentos que até agora pura e simplesmente não existiam. ■ J.V.M.



"Sou contrário à definição de prioridades 'a priori' entre disciplinas científicas. A principal prioridade da acção do Estado é privilegiar as oportunidades de trabalho científico de qualidade"

denar essa investigação? Como o vai fazer?

R. — Há formas muito diversas de coordenação. Os laboratórios de Estado, por exemplo, são organismos que dependem directamente de ministérios sectoriais, na maioria dos casos de natureza económica. Esses ministérios precisam, para a negociação internacional, para a legislação, de uma competência técnica nas suas áreas. Isto é, uma parte dessas funções tradicionais dos laboratórios precisa não de ser separada dos ministérios, mas de ser mais posta ao serviço dos ministérios.

Por outro lado, nesses laboratórios há também serviços directos ao exterior, que correspondem a competências que ninguém tinha no exterior. Hoje em dia, muitas dessas funções foram disseminadas no tecido económico. Em países mais desenvolvidos do que o nosso, o reconhecimento desse facto conduziu à alienação por parte do Estado de alguns segmentos dos seus laboratórios.

Por último, nos laboratórios do Estado, há uma terceira função que se desenvolveu e que é uma função de investigação menos directamente ligada ao mercado ou às exigências da política dos ministérios — digamos que são instituições de investigação no sentido próprio do termo. Essas ins-

tituições de investigação têm normalmente vantagem em se autonomizar, em se relacionar com o resto do tecido científico, com as instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), com as universidades, com as empresas como instituições científicas autónomas. Noutros países, essas funções acabaram por ser autonomizadas dos laboratórios do Estado e, nalguns casos, estão associadas directamente ao Ministério da Ciência ou ao seu organismo coordenador.

P. — Isso quer dizer que vai haver partes dos laboratórios do Estado que vão passar para o MCT?

R. — É natural que, na reorganização do sistema dos laboratórios do Estado que vamos propor ao Governo, venha a configurar-se um reforço da ligação de alguns sectores dos laboratórios aos seus ministérios. Por outro lado, haverá uma separação clara de outros sectores mais ligados ao mercado — cuja presença nos laboratórios do Estado já não se justifica, devido à disseminação para o tecido económico dessas funções. E, por último, é possível que haja funções científicas que tomem a forma de laboratórios associados ao Ministério da Ciência e da Tecnologia.

P. — Esses laboratórios associados seriam uma entidade com uma dupla tutela, do Ministério da Ciência e dos ministérios sectoriais?

R. — Esse cenário, que se passa já noutros países, parece-me provável. O mandato que o MCT tem consiste em apresentar ao Conselho de Ministros uma proposta de reorganização de todo o sector público de investigação. Sem esse trabalho estar feito, é evidente que não podemos falar de soluções finais.

P. — Pensa, portanto, que algumas das valências dos laboratórios de Estado devem sair do seu seio e integrar novas instituições, talvez com uma dupla tutela, talvez com ligações a entidades privadas?

R. — Eventualmente. Nalguns casos, poderão mesmo ser privatizadas totalmente.

P. — E em relação às universidades, o modelo é o mesmo?

R. — Sim. Uma referência possível é o modelo alemão ou francês, com os laboratórios associados do CNRS [Conselho Nacional de Investigação Científica], um modelo que respondeu a problemas parecidos com os que temos em Portugal. Pode-

mos ter laboratórios com diferentes formas jurídicas e com diferente regime, quer de colocação física quer de colocação institucional. Podemos ter laboratórios que institucionalmente são laboratórios universitários ou interuniversitários, outros que são IPSFL, outros que são unidades de investigação no interior de laboratórios do Estado. Mas esses laboratórios podem ter com o MCT uma relação de associados, definida por via contratual, caso a caso, que estabelece quais são as responsabilidades da instituição e as do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

P. — Isso significa que não há uma filosofia geral que vá ser aplicada a todos os laboratórios do Estado?

R. — Cada laboratório vai ser analisado "per se" em colaboração com o ministério de tutela. Vamos ver quais são as funções de cada laboratório necessárias ao sector e ao ministério respectivo. Vamos analisar as que são efectivamente desempenhadas por esses laboratórios, a relação entre eles e os seus congéneres nos outros países europeus, a relação com o resto do sistema científico português. Em função dessa análise, será proposta uma solução. >>

Taguspark na corda bamba

A TAGUSPARQUE, entidade gestora do parque de ciência e tecnologia de Oeiras — o Taguspark —, foi criada em 30 de Julho de 1992. A primeira pedra do Taguspark, que até 1996 deverá urbanizar mais de 100 hectares, foi colocada por Cavaco Silva em 10 de Novembro de 1993. Vinte meses depois, o então primeiro-ministro inaugurava o núcleo central e o Centro de Inovação Empresarial.

Mas aquele que é o maior investimento do anterior Governo numa infra-estrutura sin-

gular no sector de ciência e tecnologia poderá ver desaparecer uma boa parte do apoio político que mereceu até aqui. Apesar de, mesmo à boca das eleições, ainda ter recebido investimentos do Prodep, o programa eleitoral do PS diz, preto no branco, que é necessário reformular a actual matriz dos parques tecnológicos.

O que aí se escreve sobre a revisão do Praxis em 1996 parece ter sido feito a pensar no Taguspark: é necessário reforçar "as condições reais do exercício

da actividade de investigação através da supressão criteriosa de todos os desvios de fundos para actividades sem justificação científica ou tecnológica". Ou seja: o Governo PS parece pensar que o Taguspark tem pouco que ver com investigação científica ou desenvolvimento tecnológico e que, a ser financiado por verbas comunitárias, elas devem provir principalmente do PEDIP (Ministério da Indústria) e não do Praxis (Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT).

O que o MCT tem de deci-

dir é se quer ter alguma coisa que ver com o Taguspark e de que forma é que esse interesse se articulará com os restantes parceiros: Ministério da Indústria, universidades, autarquias e empresas. Mariano Gago terá, assim, de gerir o paradoxo que consiste no facto de o maior sorvedouro de dinheiro do seu ministério ser, simultaneamente, o seu projecto menos querido.

Para mais, o presidente do conselho de administração da Tagusparque, José Sucena Pai-

va — cujo mandato acaba em 30 de Julho de 1996 —, é um inimigo fidalgo de José Mariano Gago. Sucena Paiva substituiu no Governo Arantes e Oliveira, o secretário de Estado da Ciência e Tecnologia demitido por Cavaco Silva para fazer cair o próprio José Mariano Gago, na altura presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Se o MCT decidir manter o financiamento do Taguspark, isso deverá envolver sem dúvida grandes renegociações — com

Bruxelas, mas também com os parceiros do parque. Mas, caso entenda que o parque de Oeiras não tem nada que ver consigo, a situação não será menos instável. Para mais, o estatuto de nítido privilégio do Taguspark relativamente aos restantes projectos de parques tecnológicos vai certamente acabar: Mariano Gago pensa que há demasiados projectos deste tipo (ver entrevista) e exigirá certamente ouvir boas razões para beneficiar Oeiras em detrimento de outros. ■ J.V.M.

>> P. — E qual será a relação do MCT com as novas instituições?

R. — O resultado pode ser uma rede de laboratórios associados ao MCT. Pode haver os que tenham uma tutela directa e única, mas a rede principal deste ministério será composta por laboratórios associados, com uma variedade institucional muito grande. Como é assegurada a solidez dessa rede? Através de funções de coordenação, de financiamento e de avaliação. Haverá um contrato, que será um contrato livre de associação com tempo limitado, que definirá a aceitação por parte dos laboratórios de mecanismos de gestão interna, de controlo orçamental e financeiro por entidades idóneas exteriores e, sobretudo, de avaliação científica permanente por conselhos consultivos internacionais. É a matriz mínima que me parece que deve ser comum a toda a rede de laboratórios associados.

P. — Isso significa que pode haver uma vaga de privatizações na investigação estatal?

R. — Parece-me que essa hipótese terá uma amplitude muito, muito reduzida. Há hoje poucas funções nos laboratórios de Estado que não façam sentido lá permanecer e que devam ser privatizadas. Estou convencido de que isso serão casos pontuais.

P. — No que diz respeito à coordenação da investigação universitária, como é que as coisas se vão passar? Defende a criação de um instituto com funções de financiamento e coordenação da investigação universitária? Vai haver um novo Instituto Nacional de Investigação Científica?

R. — Não fazia qualquer sentido. Fazer um organismo que financiasse em exclusivo e controlasse a investigação universitária seria "encapsulá-la" dentro de si mesma. O que é preciso é fazer com que toda a investigação no país tenha relações entre si, seja avaliada e coordenada em conjunto.

P. — De onde virá o orçamento desses laboratórios? Serão financiados por projectos?

R. — Não. Instituições científicas de qualidade reconhecida não devem depender exclusivamente de concursos para projectos de investigação. Essas instituições devem ter garantido um nível de financiamento básico através de contratos de longo prazo. Além desse financiamento, é saudável que exista dinheiro para projectos de investigação. Mas não é razoável que a vida da instituição esteja dependente de concursos de projectos de curto prazo.

Há muitas fórmulas de financiamento possíveis. Pode haver instituições com pessoal de diferentes origens, instalações que pertencem a uma instituição, verbas de financiamento que dependem de outra. E isto independentemente da inserção institucional dessas instituições. Algumas serão laboratórios próprios das universidades, outras serão instituições interuniversitárias, outras IPSFL, outras serão centros de investigação ou unidades de investigação dentro de laboratórios de Estado. Mas tem de haver condições mínimas a respeitar pelas partes para existir um contrato de associação. Essa rede de associados tem de ser composta por laboratórios de qualidade indiscutível.

P. — Mas não é claro quais são as responsabilidades que o Estado pretende assumir desde já relativamente às instituições dessa rede?

R. — O Governo vai financiá-las, avaliá-las e fazê-las participar na coordenação da política científica. A coordenação da política científica não se faz a partir da cabeça dos governantes; faz-se com as instituições científicas. Esses laboratórios associados, que farão parte da orgânica do ministério,

participarão na coordenação da política científica.

P. — Esse panorama tem um perfil muito liberal. Qual é o papel reservado ao Estado? Fazer apenas funcionar a rede? Ou há obrigações específicas?

R. — A produção do conhecimento, nas sociedades modernas, segue dois modos distintos: um modo académico, disciplinar, e um modo transversal, negociado e implicado social e economicamente.

Quando ao primeiro, o Estado deve fomentá-lo, exigir rigor e qualidade, avaliar, garantir a permeabilidade ao exterior e a competição. Quanto ao segundo modo de produção do conhecimento, os Estados têm outras responsabilidades: em primeiro lugar, a orientação estratégica — o conhecimento científico e tecnológico é uma das armas mais poderosas para a antecipação do que vem aí (económica, social e politicamente).

Em segundo lugar, tem uma responsabilidade de exploração dos recursos naturais (dos minerais aos oceanos). Em terceiro lugar, a prevenção e, quando possível, a previsão de catástrofes (sismos, erupções vulcânicas, catástrofes ambientais). Depois, ainda, a compreensão e prospectiva das realidades sociais complexas que condicionam a vida colectiva — e aqui as ciências sociais e humanas têm um papel fundamental. Em todos estes domínios, o Estado tem o dever de conduzir e decidir. Como representante do interesse público, ele é o principal "cliente" do conhecimento produzido.

P. — Nessa nova matriz institucional, qual vai ser o papel da JNICT?

R. — A JNICT foi concebida em 1967 como uma tentativa de organismo de coordenação interministerial e veio, progressivamente, a assumir funções extremamente importantes, que acompanharam o desenvolvimento do próprio sistema científico, mas penso que o desenho institucional que ela representa chegou a fim.

P. — A JNICT vai desaparecer?

R. — Vai transformar-se. Muitas das suas funções devem autonomizar-se em organismos próprios. Não é possível hoje, no espartilho orgânico de um instituto que é uma direcção-geral, assegurar as funções de fomento, de observatório, de informação estatística, de informação científica e técnica, de cooperação internacional, entre outras, que a JNICT teoricamente deveria assegurar.

P. — A JNICT vai ser dividida em vários organismos?

R. — Não pode ser dividida porque haveria pouco para dividir. Cada uma das funções que hoje se encontram na JNICT, em serviços de dimensão ínfima, tem de ser a semente de novos organismos.

P. — Quando é que isso vai acontecer?

R. — Vai começar a acontecer mal seja publicada a lei orgânica do MCT, que está a ser preparada

com carácter de urgência e que contamos ter pronta nos próximos dois ou três meses. Não é só a reestruturação da JNICT, é a estruturação do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

P. — O programa do PS falava da criação de uma Fundação Nacional para a Ciência e Tecnologia. Será uma das instituições a que a JNICT vai dar origem?

R. — Uma fundação seria uma forma possível para um organismo que reunisse as funções de fomento da investigação e de avaliação, mas não é a única. Há alguns inconvenientes na forma fundacional, como se viu já noutros sectores da sociedade portuguesa, e não há nenhuma decisão tomada.

P. — Como vai passar a ser feita a gestão do programa Praxis?

R. — Não é possível responder imediatamente a essa pergunta. A gestão do Praxis faz parte da negociação global do Quadro Comunitário de Apoio e os mecanismos que existem hoje foram acordados entre o governo português e a Comissão Europeia. Qualquer alteração desses mecanismos de gestão passa pela renegociação do Quadro Comunitário de Apoio.

P. — Mas como pensa que deve ser a gestão do Praxis?

R. — Ainda não foi feita uma análise detalhada do funcionamento do Praxis e das dificuldades do actual modelo de gestão. Isso será feito nas próximas semanas.

P. — O que pensa do facto de um dos gestores do Praxis, Jorge Alves, acumular esse cargo com o de presidente do conselho de administração da Agência de Inovação, que é uma das entidades beneficiárias das acções do Praxis?

R. — Essa situação parece-me altamente inconveniente. Mas devo dizer que o próprio professor Jorge Alves me comunicou que tinha o mesmo entendimento.

P. — Qual é a taxa de execução do Praxis este ano?

R. — Com a excepção da formação de recursos humanos, onde é elevada, a taxa de execução do Praxis — quer de 1994 quer de 1995 até há poucos dias — é extraordinariamente baixa e representa uma situação muito preocupante, que não era conhecida. Mas pior do que isso é que vim encontrar todos os projectos submetidos em Março sem avaliação sequer. Aparentemente, a estratégia seguida pelo anterior Governo tinha sido a de abrir os concursos mas não executar este ano a maioria do financiamento para projectos de investigação, concentrando a execução em grandes infra-estruturas, nomeadamente nos parques de ciência e tecnologia. Do que discordo, porque se trataria de secar a investigação real em Portugal. Foi esta a situação que encontrei e que está a ser encarada com carácter de urgência.

P. — Está a dizer que o anterior Governo

terá aberto concursos para projectos que não tinha a mínima intenção de financiar este ano?

R. — É a minha leitura dos elementos de informação que tenho.

P. — Porque é que isso não se deveria ao normal atraso da avaliação dos projectos?

R. — Parece-me extraordinário que um concurso lançado em Março chegue a Novembro sem que a avaliação dos projectos tenha sido feita. Mas, como disse, a situação está a ser analisada com carácter de urgência e não gostaria de me alargar sobre este ponto antes de essa análise chegar ao fim.

Por outro lado, há protestos quanto aos próprios editais dos concursos, que, nalguns casos, são acusados de ter um único destinatário. Mandarei proceder a inquéritos sempre que haja uma suspeita fundada de possível violação das regras mais elementares de isenção.

Resolvido o problema dos concursos deste ano, teremos de alterar todo o sistema de avaliação para o próximo ano: os projectos serão apresentados publicamente e a avaliação será rigorosamente independente e sempre com participação internacional.

P. — A necessidade de ter uma política de emprego científico tem sido um dos seus cavalos de batalha. O que é uma política de emprego científico e quais vão ser as linhas directivas da sua?

R. — A formação de jovens doutorados nos últimos anos tem dado origem — felizmente — a um número crescente de doutores. É imperativo que as instituições do ensino superior tenham possibilidade de recrutar pessoal qualificado que seja simultaneamente investigador e docente universitário. Há o problema de a actual carreira dos politécnicos não apelar para doutorados e de o mesmo se passar relativamente à carreira dos investigadores nos laboratórios do Estado, o que, julgo eu, deverá ser reponderado à luz da baixíssima circulação de pessoal entre a universidade e os laboratórios. Isto poderá assegurar uma maior facilidade de recrutamento de doutorados na reconversão dos laboratórios do Estado que se projecta.

P. — Mas o que é que cabe ao Estado fazer?

R. — O Estado tem que assegurar que a profissão de investigador seja uma profissão reconhecida — nos laboratórios de Estado, nas universidades, nas IPSFL. Em muitos casos, não compete ao Estado criar o emprego nessas instituições, mas compete incentivar a criação de emprego. Quando se trata de instituições dependentes do financiamento público, no acordo de associação entre o Estado e essas instituições devem ser garantidos os financiamentos necessários para que as instituições possam ter política de emprego. Além disso, é possível equacionar políticas activas de emprego para captação de jovens investigadores em empresas, participando em parte nos custos, por exemplo.

P. — Sempre criticou o orçamento de ID dizendo que se tratava de uma soma de pedidos das instituições e não de um instrumento de política. Já vai haver um verdadeiro Orçamento de ID em 1996?

R. — É impossível haver em 1996 um verdadeiro orçamento de ciência e tecnologia. Analisar as necessidades reais nos diferentes sectores dependentes do Estado, elaborar uma proposta, analisá-la no Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, fazê-la aprovar pelo Governo e anexá-la ao Orçamento Geral do Estado exigem que esse trabalho seja iniciado em Março. Mas no início de 1996 vamos começar o trabalho para 1997.

P. — Há algum compromisso quanto à percentagem do PIB que será gasta em investigação?

R. — Não.

A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica não pode ser dividida porque haveria pouco para dividir. Cada uma das funções que hoje se encontram na JNICT, em serviços de dimensão ínfima, tem de ser a semente de novos organismos.

É impossível haver em 1996 um verdadeiro orçamento de ciência e tecnologia. Analisar as necessidades reais nos diferentes sectores dependentes do Estado, elaborar uma proposta, analisá-la no Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, fazê-la aprovar pelo Governo e anexá-la ao Orçamento Geral do Estado exigem que esse trabalho seja iniciado em Março. Mas no início de 1996 vamos começar o trabalho para 1997.

Há bolseiros científicos a mais?

ANTES dos programas Ciência e Praxis, existiam entre 3500 e 3800 doutorados em Portugal, conforme as fontes. Um estudo, feito em 1993, na área das ciências naturais, exactas e engenharia pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) estima que, em 1997, o "stock" de doutorados deverá ter crescido 85 por cento. O número, mesmo assim, está longe de estar de acordo com alguns índices dos países

desenvolvidos. Em Portugal, saem da Universidade 15 mil licenciados por ano e deveriam passar pela investigação, por um período mais ou menos longo, dez por cento desses jovens. É mesmo o Programa Praxis, que dedica 40 por cento dos seus 105 milhões de contos à formação, teria dificuldades em fazer cumprir essa meta com o seu programa de bolsas.

Mas há quem ache que, se é indesejável que o Praxis não

dedica demasiado peso à formação em valor absoluto — nove tipos diferentes de bolsas, de mestres a gestores de ciência —, essa proporção pode ser desequilibrada em relação à fatia relativamente reduzida reservada ao financiamento de projectos de investigação.

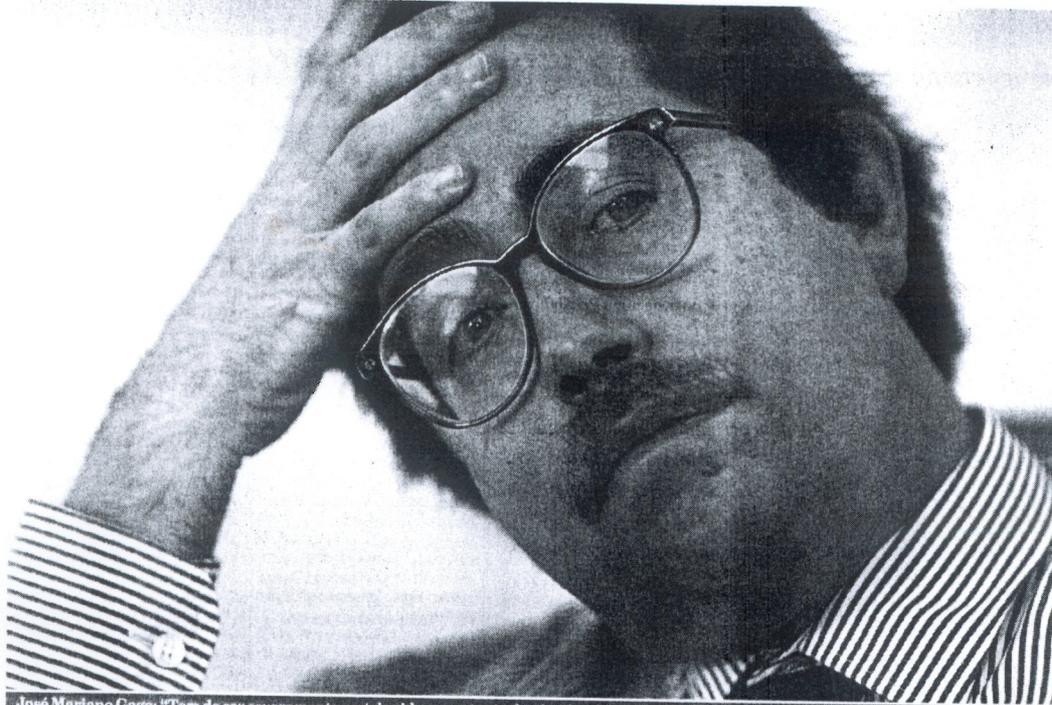
Assim, torna-se necessário equacionar se o país será capaz de absorver em tempo útil tantos milhares de bolseiros e se o desejo de corrigir uma estatística,

elevando o número de investigadores (em 1992 havia o correspondente a 7647 investigadores a trabalhar a tempo completo no país, mas na maior parte não eram doutorados), não estará a fazer-se à custa de outras estatísticas (como a produção científica) e a dar origem a subemprego ou mesmo a desemprego científico. Esclareça-se que ninguém acha que os números em si sejam demasiado altos (a expressão que se deve

usar para o número de doutorados portugueses é que ele é vergonhosamente baixo), só que poderá ser mais rentável desviar uma parte dos dinheiros das bolsas para os laboratórios.

Esta é outra das opções que espera Mariano Gago, sabendo-se que, seja qual for a decisão, ela não será a ideal. Se se der a oportunidade de fazer doutoramento a toda a gente que o deseje, muitos dos doutorados não encontrarão a colocação ade-

quada e constituirão uma força de pressão sobre o sistema, exigindo emprego nas áreas para se prepararem. Se se reduzirem as bolsas, haverá o descontentamento dos que desejam seguir uma carreira científica e não o conseguem — o que é tanto mais difícil de sustentar quanto o país é, de facto, pobre cientificamente e quanto a aposta nos recursos humanos é desde sempre apontada como a resposta. **u.l.s.**



José Mariano Gago: "Tem de ser severamente restringido o montante destinado a infra-estruturas no Programa Praxis"

P. — Mas vai haver um aumento do dinheiro disponível?

R. — Não é possível afirmar isso.

P. — Não há sequer uma garantia de um aumento real, quando há novas responsabilidades e novas ambições?

R. — É preciso não esquecer que uma grande parte do envelope para a investigação científica nos próximos anos é definido pelo Praxis. Primeiro há que fazer a reprogramação do Praxis e, nalguns casos, a sua renegociação. É necessário recenrar o Praxis na actividade de investigação científica.

Não é possível, para já, dar informações sobre essa matéria, mas existem fundados receios de que uma parte quer do desenho do próprio Praxis quer da prática seguida até hoje tenha simplesmente desviado verbas que tinham sido consignadas para a investigação científica para outros fins.

P. — O Taguspark é um desses desvios?

R. — Essa análise tem de ser feita. Para já, o que se pode dizer é que a multiplicidade prevista de parques de ciência e tecnologia é certamente incompatível com os recursos humanos e científicos de Portugal. É possível afirmar com confiança que não existe nos próximos anos nem universo empresarial nem recursos humanos em matéria de ciência e tecnologia capazes de viabilizar todos os parques — do pólo tecnológico do Lumiar ao Uninova, do Taguspark aos três pólos do parque do Porto, das instituições previstas para Coimbra ao "campus" de Sacavém.

P. — Quais vão ser as linhas gerais da reformulação do Praxis?

R. — Tudo o que seja investigação científica e desenvolvimento tecnológico deve fazer parte do Praxis. Tudo o que não seja nem desenvolvimento tecnológico, nem investigação científica, nem formação de recursos humanos para estas actividades deve, evidentemente, ser expurgado do Praxis.

Não podemos tolerar que se desviem verbas destinadas à ciência e à tecnologia para outros fins não prioritários.

P. — Dê-nos um exemplo de uma coisa que não deveria estar no Praxis.

R. — Não seria legítimo que, antes da avaliação do programa — que será rápida —, identificasse uma acção em resposta a essa pergunta.

Mas posso dizer que tem de ser severamente restringido o montante destinado a infra-estruturas no Praxis e que ele deve ser equacionado com maior rigor e selectividade. Dentro do envelope financeiro do Praxis não é possível permitir a repartição actual entre formação, financiamento de projectos de investigação científica e criação de infra-estruturas. O Ciência foi um programa que teve como altíssima prioridade o financiamento de infra-estruturas. Parte da finalização dessas infra-estruturas foi financiada pelo Praxis. Não é normal que o financiamento de novas infra-estruturas seja ainda uma prioridade. Com certeza que haverá novas infra-estruturas que vão ser financiadas pelo Praxis, mas a sua proporção tem de ser revista.

P. — Qual seria a boa fórmula para repartir o dinheiro por projectos, formação e infra-estruturas?

R. — Não tenho ainda elementos de avaliação sobre os concursos de formação de recursos humanos no Praxis e é o resultado dessa aferição que permitirá responder a essa pergunta. O que precisamos de saber é se se estão a dar bolsas a mais ou a menos no Praxis. Saber se há muitos candidatos de qualidade que ficam de fora ou se há muitos candidatos que não deveriam ter bolsa e que a conseguem.

P. — A falta de investigação nas empresas é considerada uma debilidade crónica do país. O que vai fazer para mudar essa si-

tução? Será necessário pôr investigação nas empresas ou basta que as empresas se associem aos laboratórios da rede de que falava há pouco?

R. — Num país de desenvolvimento intermédio como Portugal, muita da relação entre investigação e as empresas é indirecta. Tem que ver, por exemplo, com a difusão do conhecimento através do recrutamento de recursos humanos — que, numa primeira fase, nem sequer são investigadores. São licenciados, técnicos superiores treinados em instituições de investigação. Para grande parte das nossas empresas, o problema consiste em adquirir capacidades que permitam dialogar com a comunidade mais avançada no domínio científico e técnico. Em grande parte, o grau zero desta relação entre investigação e empresas nem sequer hoje está cumprido e é necessário fazê-lo.

Outro elemento dessa política, de que já falámos, são as políticas activas de emprego científico. E há, obviamente, outras medidas que têm de ser tomadas, mas que é prematuro discutir em detalhe, como a possibilidade de associar políticas de compras públicas e de contrapartidas por investimento estrangeiro em Portugal para o desenvolvimento da investigação empresarial no nosso país.

P. — Criticou muitas vezes a definição de prioridades nas áreas científicas. No entanto, quando se trata de atribuir recursos, é necessário escolher. Como é que isso se faz sem definir prioridades?

R. — Nunca fui contrário à definição de prioridades em abstracto. Sou, sim, contrário à definição de prioridades entre disciplinas científicas. Acho que a principal prioridade da acção do Estado no que diz respeito às disciplinas científicas propriamente ditas é privilegiar as oportunidades de trabalho científico de qualidade que se oferecem. E essas oportunidades tanto podem ser fruto da exis-

tência de recursos humanos excepcionais numa determinada área, como da possibilidade de colaboração internacional noutra área, como da existência de uma procura de conhecimento científico por parte de utilizadores finais particularmente exigentes noutra área. O Estado não pode escolher somente um desses instrumentos e tem que os utilizar a todos.

O Estado está a fazer política de grupos sectária quando diz que esta área do conhecimento é melhor do que a outra. Isso significa, pura e simplesmente, que os governantes se deixaram influenciar por um grupo de cientistas relativamente a outros. Aquilo a que assistimos — e que, infelizmente, gerou um enorme desperdício de recursos — foi à convicção de que certas áreas de investigação aplicada, quer tivessem qualidade ou não, deviam ser fortemente financiadas. Isto sem atender a que uma alta prioridade numa área não significa, necessariamente, um alto financiamento, pois muitas vezes o financiamento máximo que pode ser aproveitado com eficácia é pequeno, porque existem poucas pessoas.

Muitas vezes, esses financiamentos correspondem apenas à criação de elefantes brancos e à aquisição de equipamentos que pouquíssimas pessoas utilizarão num futuro imediato e que estará obsoleto no dia em que houver um maior número de pessoas a utilizá-lo. Por outro lado, a aposta na investigação aplicada e na investigação pré-competitiva exige que esteja identificada a procura do mercado por essa investigação. O que me parece completamente descabido é que o Estado se procure substituir às empresas na definição do que devem ser as suas necessidades. Investigação aplicada que ninguém aplica é o que mais tivemos em Portugal.

P. — Um dos compromissos do Governo é o de criar condições de avaliação independente. Como se vai traduzir isto na prática?

R. — Está dito no próprio programa do Governo: carácter público da apresentação dos projectos, conhecimento dos pareceres de avaliação, direito a recurso, presença sistemática de peritos internacionais. E haverá comissões científicas de composição internacional cujo parecer será obrigatório para aprovação do plano de actividades das instituições que sejam regularmente financiadas pelo Estado.

P. — Vai continuar a haver júris de avaliação de projectos científicos compostos por pessoas que são proponentes de projectos a esse mesmo júri?

R. — Essa prática é totalmente inqualificável.

P. — Em termos de política científica, a esquerda tem propostas diferentes da direita? Há uma investigação científica com consciência social? O programa de política científica que propõe não poderia ser o programa de um governo de direita?

R. — Acho que as grandes distinções estão na autonomia dos indivíduos e das instituições, que é sempre reconhecida pela esquerda e sempre diminuída pela direita. A tendência para o centralismo e o autoritarismo, que é sempre tentação da direita e que também foi tentação da esquerda, mas não da esquerda com que me identifico.

A diferença está no facto de aceitar que o processo científico, nas sociedades modernas, como o processo cultural, é um processo orgânico da sociedade que deve ser desgobernamentalizado, mas onde o Estado tem uma função essencial na defesa das funções culturais, da difusão do conhecimento científico para a sociedade, da apropriação do conhecimento científico pela generalidade da população e pelas suas instituições. E está na consciência de que a política científica não nasce armada da cabeça dos governantes. ■

A ESA e a cooperação internacional

A QUOTA de 1,3 milhões de contos que o Estado português deveria pagar este ano ao Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) não foi inscrita no orçamento da JNICT. Assim, ainda só foi paga metade, porque não foi possível encontrar o resto do dinheiro.

É óbvio, como diz o próprio ministro da Ciência e da Tecnologia, que o compromisso assumido em 1986 entre o Estado português e o CERN será cum-

prido e que a quota deste ano será paga — talvez através do orçamento rectificativo de 1996. Mas o recurso a estes subterfúgios será mais difícil quando houver um verdadeiro Orçamento de Ciência e Tecnologia.

Quando esse orçamento existir, ao lado da quota do CERN deverá estar inscrito outro dos compromissos assumidos com o CERN —, a promessa de gastar este ano no

país 440 mil contos em projectos de investigação. E ao lado, aparecerão ainda os 12 mil contos para pagar a quota do European Molecular Biology Organization (EMBO). E os 160 mil contos dos compromissos assumidos com o European Southern Observatory (ESO) com vista a uma adesão plena na passagem do milénio.

Mas os custos da internacionalização do sistema científ-

co e tecnológico — fáceis de defender em abstracto — tornar-se-ão ainda mais visíveis quando chegar ao fim o processo de preparação da adesão de Portugal à Agência Espacial Europeia (ESA).

A quota da ESA custará bem mais por ano do que a adesão ao CERN (embora a ESA garanta o retorno industrial, através de encomendas à indústria portuguesa) e poderá transformar-se num autêntico balde

de água fria no final deste processo que já se arrasta à 20 anos. Em termos diplomáticos, a não adesão seria complicada, pois Portugal é o único país europeu que não pertence à ESA e até os países de leste têm acordos de cooperação com a agência. Por outro lado, se a adesão acontecer, Mariano Gago terá de correr o risco — os malefícios da transparência... — de tornar evidente a pequenez dos financiamentos das unidades de in-

vestigação (1,6 milhões de contos este ano), ao lado das verbas gastas em quotas. Trata-se, mais uma vez, de uma consequência da fragilidade do sistema — não são as quotas que são altas, pois até são calculadas com base do PIB do país, mas sim a investigação que recebe pouco dinheiro —, mas a adesão às organizações internacionais poderá abrir uma frente de batalha com a comunidade científica. ■ I.S.